

FIS:001 RUA CO

Ofício nº 002/2025 - GAB

Uruaçu (GO), 02 de janeiro de 2025.

Ao Exmo. Sr. Fábio Rocha de Vasconcelos Presidente da Câmara Municipal Uruaçu (GO).

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Exmo. Sr. Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, com as devidas justificativas Projeto de Lei que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências".

Na oportunidade solicitamos convocação de sessão extraordinária, em regime de urgência, para o presente.

Sem mais para o momento, renovamos os votos da mais alta estima e consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Atenciosamente,

Azarias Machado Neto Prefeito Municipal





### PROJETO DE LEI Nº 001/2025

"Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUAÇU, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) no salário base dos profissionais do magistério do Município, compreendendo os ocupantes de cargos de Professor.
- Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 02

(dois) dias do mês de janeiro de 2025.

Azarias Machado Neto

Prefeito Municipal





## ANEXO ÚNICO - PL 0/2025

### TABELA DE PROGRESSÃO DA CARREIRA DE PROFESSOR - URUACU - GO (BASE)

Cargo	Carga Horária	REF. A	REF. B (A+4%)	REF. C (A+8%)	REF. D (A+12%)	REF. E (A+16%)
Professor PI	20	2.433,89	2.531,24	2.628,60	2.725,95	2.823,31
Professor PI	30	3.650,83	3.796,86	3.942,89	4.088,93	4.234,96
Professor PI	40	4.867,77	5.062,48	5.257,19	5.451,90	5.646,61

Cargo	Carga Horária	REF. A	REF. B (A+4%)	REF. C (A+8%)	REF. D (A+12%)	REF. E (A+16%)
Professor PII (PI + 10%)	20	2.677,27	2.784,36	2.891,46	2.998,55	3.105,64
Professor PII (PI + 10%)	30	4.015,91	4.176,55	4.337,18	4.497,82	4.658,46
Professor PII (PI + 10%)	40	5.354,55	5.568,73	5.782,91	5.997,09	6.211,27

Cargo	Carga Horária	REF. A	REF. B (A+4%)	REF. C (A+8%)	REF. D (A+12%)	REF. E (A+16%)
Professor PIII (PI + 20%)	20	2.920,66	3.037,49	3.154,31	3.271,14	3.387,97
Professor PIII (PI + 20%)	30	4.380,99	4.556,23	4.731,47	4.906,71	5.081,95
Professor PIII (PI + 20%)	40	5.841,32	6.074,98	6.308,63	6.542,28	6.775,94





### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Município e o que dispõe a Lei Federal nº 11.738/2008, o Município deve reajustar os vencimentos dos Professores integrantes do quadro do Magistério Municipal, a fim de adequá-los ao piso nacional dos professores de educação básica, conforme determinação contida na referida Lei Federal, que assim dispõe:

Art. 5°. O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro a partir do ano de 2009.

Assim, para este exercício de 2025, o reajuste deverá ser de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento), sendo calculado com base no crescimento do valor mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no exercício de 2024, nos termos do que dispõe o parágrafo único do citado artigo 5º, que assim determina:

Parágrafo único: A atualização de que trata o *caput* deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Assim, encaminha-se o presente projeto de Lei, esperando seja o mesmo aprovado pelos nobres representantes do povo de Uruaçu, como medida de valorização dos profissionais da educação de nosso Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 02

(dois) dias do mês de janeiro de 2025.

Azarias Machado Neto





### Estudo de Impacto Orçamentário

### 1 - Motivação:

O presente estudo visa a demonstração do impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei nº 003/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências" no presente ano em vigor e nos dois subsequentes.

Nesse sentido, a Lei Municipal nº 2.217/2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentária- LDO para o exercício de 2025, expressa em seu artigo 2º, §1º, inciso I a prioridade do acesso, ampliação e melhoria da educação, *in verbis:* 

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal serão estabelecidas em conformidade com o Plano Plurianual 2022-2025 e com as previsões que constaram na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024, cuja as propostas serão encaminhadas ao Poder Legislativo até 31 de agosto 2023.

### 2 - Dados:

Nesse contexto, a seguinte dotação orçamentária sofrerá o impacto financeiro estimado.

Unidade Orçamentária: 1 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB

Função: 12 - EDUCAÇÃO

Subfunção: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 1314 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB Atividade: 2.439 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% Dotação respectiva: 1.12.361.1314.2.439.3.90.11.

### 3 - Metodologia:

O estudo observará as metas inflacionárias divulgados pelo Banco Central do Brasil, registradas em resoluções do BACEN para o ano corrente e os próximos dois anos, em observância a legislação orçamentária, especialmente o plano plurianual.







### Estado de Goiás Município de Uruaçu

### O demonstrativo de impacto será o seguinte:

	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O ORÇAMENTO 2025	R\$ 1.121.587,81	R\$ 179.332.953,45	0,62%
	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O LIMITE com GASTOS DE PESSOAL	R\$ 1.121.587,81	R\$ 107.599.772,09	1,04%
IMPA OTO COPPE A	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O ORÇAMENTO 2026	R\$ 1.155.235,44	R\$ 184.712.942,05	0,62%

### 4 - CONCLUSÃO

- O percentual de 60% com gasto de pessoal, conforme Lei Complementar 101/2000, é atendido, não havendo projeção de extrapolação em decorrência da instituição da verba funcional do presente projeto de lei;
- II. De igual sorte, obedece ao patamar de 54% da receita corrente líquida do Executivo, fixado no artigo 20, inciso III "b" da Lei Complementar nº 101/2000, para gastos com pessoal;
- III. Com o impacto de 1,04% o índice de gastos com pessoal, será de 44,03%, conforme índice oficial divulgado pelo TCM-GO;
- IV. A despesa consta na previsão orçamentária para o exercício de 2025, conforme demonstrado;
- V. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 2.217/2023 e o Plano Plurianual normatizado na Lei Municipal nº 2.244/2023 foram observados e o presente estudo condiz integralmente com suas previsões.
- Não havendo, portanto, impacto financeiro sobre o orçamento ocasionada pela aprovação do presente projeto de lei.

EUNICE APARÉCIDA DE FARIA Secretária Municipal de Educação

Setor de Contabilidade

0

FIs: 004

Rubrica

Nº 347 - Art. 1º AUTORIZAR, com base no inciso I, §1º, art. 3º, da Portaria Interministerial nº 141/2013 combinado com o que determina o Inciso II, art. 4º, da Resolução nº 161/2017-CAS, nos termos da Nota Técnica n.º 80/2024 - SPR/CGAPI/COAPI, a substituição do Programa de Compromisso de Exportação, ano base de 2024, por aplicação em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), referente ao produto FITA PARA IMPRESSÃO DE POLIESTER - Código Suframa n.º 1257 da empresa TODAYTEC INDÚSTRIA DE FITAS PARA CÓDIGO DE BARRAS LTDA, com CNPJ n.º 21.309.396/0001-23 e Inscrição Suframa n.º 20.0127.54-3.

Nº 348 - Art. 1º AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA a alienar, a título oneroso, mediante escritura pública de compra e venda, o lote nº 15-8-9, com área de 2.203,82 m², localizado na Av. Flamboyant, nº 278, Gleba D2I, Bairro Distrito Industrial II, Área de Expansão do Distrito Industrial (AEDI), em favor da ASSOCIAÇÃO DOS REVENDEDORES DE AGROTÓXICOS DO AMAZONAS - ARAM, CNPI 06.144.569/0001-07, observadas as disposições legais pertinentes.

Nº 349 - Art. 1º Fica aprovada, para fins de regularização fundiária, a proposta de alienação gratuita da área de 3,3268 hectares, localizada na Rua Marapatá (antigo Ramai do Ipiranga), km 1,5, margem direita, na denominada Área de Expansão do Distrito Industrial - AEDI, no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, em favor dos ocupantes, o 5r. RAMUNDO COSTA DABELLA FILHO e de sua cônjuge, a Sra. ANA REGINA FERNANDES DE SOUZA.

Nº 350 - Art. 1º Fica aprovada a proposta de alienação gratuita de um lote de terras com área de 18,0865 hectares, localizado na Estrada Vicinal ZF-7 A AM-010, km-85, margem esquerda, no Distrito Agropecuário da Suframa, município de Rio Preto da Eva, para fins de regularização fundiária, em favor de MARILDA SOLIDADE MONTEIRO DA SILVA e seu cônjuge MANDELITO CORDEIRO DA SILVA , em consonância com o disposto nos arts. 15, alínea "i", e 29, caput, do Decreto-Lei nº 288/1967, e os arts. 6º, 11 e 40-A, §3º, caput, da Lei nº 11.952/2009, mediante outorga de escritura de alienação gratuita.

Nº 351 - Art. 1º Estabelecer o calendário de reuniões ordinárias do Conselho de

Auministração da sumama para o exercici	o zozo, comornie datas a seguir.
Reunião Ordinária	Data
318#	26/fev/2025
319*	30/abr/2025
320*	26/jun/2025
321#	28/ago/2025
322*	30/out/2025
323*	11/dez/2025

Nº 352 - Art. 1º Aprovar a proposta da Suframa de doar, mediante doação, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso I do 63º do art. 76 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em favor da União, para o uso do instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, bens imóveis dominicais livres e desembaraçados de sua propriedade, tratando-se de cinco áreas que juntas somam um total de 2.447,8927 hectares, inserida no seu Distrito Agropecuário, município de Manaus, assim descritas:

§1º Imóvel com área de 604,6944 ha, denominado Large Scale Biosphere Atmosphere - LBA, localizada na Estrada Vicinal ZF-02, km 32, margem esquerda.
§2º Imóvel com área de 740,3393 ha, denominado Reserva do Alto Cuieiras, localizada na Estrada Vicinal ZF-02, km 41.
§3º Imóvel com área de 497,3597 ha, denominado Estação Experimental de Manejo Florestal Sustentável - EEMFS, localizada na Estrada Vicinal ZF-02, km 24, margem esquerda.
§4º Imóvel com área de 475,0286 ha, denominado Estação Experimental de Silvicultura Tropical - EEST, localizada na Rodovia Federal BR-174, km 42, margem esquerda.

esquerda. §5º Imóvel com área de 130,4707 ha, denominado Estação Experimental de Fruticultura Tropical - EEFT, localizada na Rodovia Federal BR-174, km 42, margem esquerda.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

### Ministério da Educação

### GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MF Nº 13, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as estimativas, os valores, as aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, para o exercício de 2024, nas modalidades Valor Anual por Aluno - VAAF, Valor Anual Total por Aluno - VAAF e Valor Anual por Aluno decorrente da complementação VAAR.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos il e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 1º, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e no Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 28 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O VAAF-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2024 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do art. 1º, inciso IV, fica estabelecido em R\$ 5.648,91 (cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos)." (NR)

"Art. 3º O VAAT-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2024 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do art. 1º, inciso VI, fica estabelecido em R\$ 8.510,81 (oito mil quinhentos e dez reais e oitenta e um centavos)." (NR)

Art. 2º Os Anexos I a VI da Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 28 de dezembro de 2023, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I a VI desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA Ministro de Estado da Educação

FERNANDO HADDAD

ANEXO I

Estimativa do Valor Anual por Aluno (VAAF) e das Receitas Anuais do Fundeb 2024

UF:											ENSINO F	UBUCO								
		FOUCAÇÃO	NEGANTII.			lite)	INO FUNDA	MENTAL.		ENSING MÉDIO			AEE EDUCAÇÃO		CAÇÃO	EA.		TINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCONSTANTE AO ENSINO MÉDIO	
	CHECHE INTEGRAL	PNE- ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRE- ESCOLA PARCIAL	SEN INICIAIS URBANA	SÉR WICIAIS RURAL	SÉR FINAIS URBANA	SER FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	FEMPO INTEGRAL	INT ED. PROFISSIONAL		ESPECIAL	UNDIG!	AVAL. PROCES SO	INT ED. PROFISSIONAL		
AC.	10.217,33	9.536,2	8.514.1	7.633,29	6.811,56	7.823,29	7,492,71	8-173,67	9.536,2	8,514,4	8.855,02	9.536,2	8.855,02	9.536,2	9.536,2	9.536,2	6.811,56	8.173.87	8.855,02	8.855,02
AL.	8.473,37	7,998,5	7.061,14	6.496,25	5,648,91	6.496,25	6.213,8	5,779,69	7.906.5	7.061.14	7,343,58	7,908,5	7.343.58	7,908,3	7,906,5	7,908,5	5.648,91	6.778.69	7.543.58	7.343.58
ALA	8.473,37	7.908.5	7.061,14	6.496.25	5,648,91	5.496,25	6.213.8	6,778,69	7.908.5	7.061.14	7.343.58	7.908.5	7.343.58	7,908,5	3,908,5	7,906,5	3.548,91	6,778,69	7.343,58	7,343,58
AP	12.057,9	11.254,0	10.044.21	9.244,35	8.038,57	3,244,35	8.842,42	9,646,28	11.254,0	10.048.21	10.450,14	11,254,0	10.430,14	11.254.0	11.254.0	11,254,0	6,038,57	9.646,28	10,450,14	10.450,14
BA.	8.473,32	7.508.5	7.061,14	6.495.25	5.648,91	6.495,25	6.213.8	6,228,69	7.908,5	7.063,14	7.343.58	7.908.5	7.343,58	7,908,5	7.908,5	7,908,5	1.648.91	6.779.69	7.343,58	7.343,58
SE.	8,471,17	7,908.5	7.061,14	6,496,25	5,648,91	6.456,25	6,213,8	6,776,69	7,908,5	7,061,14	7,343,58	7,908,5	7,343,58	7.908.5	7,505,5	7,908,5	5,648,91	6.778,69	7,343,58	7,343,58
DF.	9.539,18	8.503,23	7 949,31	7.313,37	6.359,45	7.313.37	6.995,40	7.533,34	8.903,23	7.949,31	8.267,29	8.903,23	8,267,29	8.903,23	8,903,23	8,903,23	6.359,45	7.631,34	8.267,29	8.267,29
В.,	9.381,27	8,755,86	2,837,73	7.192.31	6.254,16	7,192,31	6.879,60	7,505,02	8.755,86	7.817,73	8,130,44	8.755,86	8.130,44	8.755,86	8.755,86	8.755,86	6.254,18	7.505,02	8,130,44	5.130,44
30	5,945,35	9.282,32	6.287,79	7.524,77	6.630,23	7.624,77	7,293.25	7,956,28	9.282,32	8.287,79	8.619.30	9.282,32	8.619,30	9,282,32	9.282,32	9.282,32	6.530,23	7.956,28	8.619,30	8.619.30
MA	8.473.37	7,968.5	7,061,14	6.496,25	5,648,91	6.496,25	6,213,8	6,779,59	7.909.5	7,061,14	7,343,58	7,908,5	7,343,58	7,998,5	7,508.5	7,908,3	5,648,91	6,778,69	7.343.58	7.343,58
MG.	9.450.06	8.820,06	7.875,05	7,245,05	5.300,04	7,245,05	6.930;1	7,560,05	8.820,06	7,875.05	8.150.05	8.820,06	8.190,05	8.820.06	8.820,06	8.820,06	6.300,04	7.550,05	#.190.05	B 190.05
MS	10.574,35	5,865,89	8.831,94	8.107.00	7.049,57	8,107,00	7.754,52	8.459,5	9,869,39	8.812,96	9.164,44	9,869,39	9.164,44	9.869,33	2,857,32	9,869,39	7,049,57	8,459,5	9,154,44	9.164,44
MT	10.715.89	10.001.03	8.929,49	\$215,13	7,143,59	8,215,13	7.857,95	8.572.31	10,001,01	8,929,49	9.286,67	10.001.03	9.286.67	10.001.03	10,001,03	10.001.03	7,343,59	8.572,31	5,286,67	9.286.67
PA	8.473,37	7,908,5	7.065,14	5.496.25	5,648,91	6,496,25	6.213,8	6.778,59	7.906,5	7.061,14	7,343,58	7.908.5	7.343,59	7.908,5	7.908.5	7,908.5	5,648,91	6.778,69	7.343,58	7.343,58
PE.	8.473,37	7.908,5	7.061,14	6.496,25	5.648.91	6.495,25	6.213,8	6.278,69	7.908.5	7.051.14	7.343,58	7.908.5	7,343,58	7,908,5	2,508.5	7,906.5	5.648,51	6,778,69	7,343,58	7.343.58
PE.	8.473.37	7,508,3	7.061,14	6,496,25	5.648,91	5.495,25	6,213,8	6,778,69	7.908,5	7.061,14	7.343,58	7.908.5	7.343,38	7.906,5	7.908,5	7,908,5	5.648,91	6.778,69	7.343,58	7,343,58
PT.	8.473.37	7,938,5	7.061,14	6.495.23	3,648,91	6,496,25	6.213.8	6,778,59	7.908,5	7,053,14	7,343,58	7.508.5	7.843,58	7,909,5	7.908,5	7,908,3	5.648.91	6.778,69	7.343,58	7.343.58
PR.	9.544,82	8.908,50	7.954,02	7,317,69	6.363,21	7.317,69	6.999,53	7.635,86	8.908,50	7.954,02	8.272.18	8.508,50	8,272,18	8,908,50	8.908,50	8.908,50	6.163,21	7,635,86	8.272.18	8.272,18
RI.	6.473.37	7.908,5	7.061,14	6,496,25	5.648.91	6.496,25	6,213,8	6,778,59	7.908.5	7.063,14	7.343,58	7,908.5	7.343,58	7,908,3	7.908.5	7,998,5	5.648,91	6.778,69	7.343,58	7,343,58
RM.	8.884,62	8.292,3	7,403,85	5.821.54	5,923,08	6.811,54	6.515.39	7.107.69	8.292.3	7,403,85	7,700.00	8,292,3	7,700,00	8.292.3	8,297,3	8.292,3	5.923,08	7.107,69	7,700,00	7,700,00
to.	11.035,66	10.299.95	9.196,76	8.460,67	7.357.11	8.460,67	8.092,82	8.828.53	10.299.95	9.196,38	9.564.24	10.299.95	9.564,24	10.299,95	10.299,95	10.299,95	7.357,15	8.828.53	5,554,24	9.564.24
ik.	12,893,85	12.034.26	10,744.88	9.885,29	8,595,90	5,885,29	9,455,49	10.315,08	12,034,26	10,744,88	11,174,67	12.034.26	11.174,67	12.034,26	12.034,26	12.034,26	8.595,50	10.315,08	11.174,67	11.174.67
15.	10,602.7	2,855,83	8.835,56	8,328,72	7,058,45	8.125,72	7,775,30	8.482.14	9.895,83	8.835,56	9,188,99	2.895.83	9.188,99	9.895,83	9,895,63	3.895,83	7.068,45	8.482.14	9.188.99	9.188.99
SC.	10.358.71	9.568.13	8.632,26	2,541,68	6.905.83	7,941,66	7.596,19	1,286,97	9.669.11	8.632,26	8,977,55	9.668,13	8,977,55	9.668,13	9,658,13	9.668,13	6.905,81	8.286,97	8.977,55	8.977,55
4.	9.790.03	9.137.36	. B.358.36	7,505,69	6.526.69	7,505,69	7.179,4	7.832,02	9.137,36	8.158,36	8.484,69	9.137.36	8.484,69	9.137,36	9.137,36	9,137,36	6.525,69	7.832,02	8.484.69	8.484,69
(р.	5,368,16	8.741.6	7,806,80	7.182.36	6,245,4	7.182.26	6,969,98	7,494,53	8,743,6	7,806,80	8,119,07	8.743.6	8 119,07	8.743.6	8.743,6	8.743.6	6,245,4	7,494,53	8.319,07	8.119,07
tip.	11.315,81	10.561,42	9.429,84	8,675,45	7.543,87	8,675,45	8.298.26	9.952,65	10,561,42	9,429,84	9.807,03	10.561,42	9.807,03	10,561,42	10.561.42	10,561,42	7,543,47	9.052,65	9.507,03	9,807,03
iR.	0,00	0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	0.00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0.00	6.00	0.00	0.00	00,0	0.00	0,00	0.00

									IÇÕES CON					4.113/2020: - RS1	Comment of the Commen	nas FUNDER 2024 (a 6# 14.113/2020)	f. 16, i e it, da
CRECHE INTEGRAL	CRECHE. PARCIAL	PRE- ESCOLA INTEGRAL	PRÉ- ESCOLA PARCIAL	EDUCAÇÃO ESPECIAL		FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA				INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			rissional.	71 27-12(4740)			
					ENSINO FUND. SÉR. FIRAIS BURAL	(NSINO MÉDIG BURAL	ENSINO MEDID INT ED PROFIS.	FOUC. INDIG./	EJA - AVAL NO PROCES- SO	TORMAÇÃO			FORMAÇÃO TÉCNICA É	EDUCAÇÃO PROFESSIONAL CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO	CONTRIBUIÇÃO 005 ESTADOS, OF 6 MUNICÍPIOS	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO-VAAF	TOTAL RECEITA ESTIMADA







# DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Lei Executivo nº001/2025 para a Procuradoria desta Casa.

Sem outro assunto para o momento, antecipamos agradecimentos.

Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 07 (sete) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

Fabio Rocha de Vasconcelos Presidente





Referência: Solicitação de parecer jurídico.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

Assunto: Projeto de Lei 001/2025, de autoria do Poder Executivo.

### PARECER JURÍDICO

### I - Relatório

- Instada a manifestação desta procuradoria a respeito da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 01/2025, que propõe um reajuste de 6,27% nos vencimentos dos profissionais do magistério público municipal, com vistas à adequação ao piso salarial profissional nacional, conforme estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008.
- O projeto retroage seus efeitos a 1º de janeiro de 2025 e estipula que as despesas decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
- 3 Consta nos autos:
  - Ofício nº 002/2025;
  - Projeto de Lei nº 001/2025;
  - Anexo Único;
  - Justificativa; e
  - Estudo de Impacto Orçamentário.
- 4 É o relatório.

### II - Fundamentação

Ab initio, o art. 206, VIII, da Constituição Federal assegura a valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes piso salarial profissional nacional (Lei nº 11.738/2008).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.





A Lei nº 11.738/2008, em seu art. 5º, determina a atualização anual do piso salarial do magistério no mês de janeiro, vinculando o reajuste ao crescimento do valor mínimo por aluno definido no FUNDEB.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

A Lei Orgânica, em seu inciso II, artigo 49, confere ao Prefeito a competência para legislar sobre matérias que envolvem a remuneração dos servidores municipais.

Art.49 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal à iniciativa de leis que verse sobre:

I – regime jurídico de servidores;

II – criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do município, ou aumento de sua remuneração;
 (...)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16, exige a elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício corrente e nos dois subsequentes.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Em análise ao referido projeto de lei, verifica-se que o estudo de impacto financeiro anexo ao projeto demonstra que o aumento de 6,27% representa impacto estimado de R\$ 1.121.587,81 no orçamento de 2025, sem ultrapassar o limite de gastos com pessoal (atualmente em 44,03%, dentro do teto de 54% da RCL).





Diante do exposto, OPINA1 a Procuradoria, pela constitucionalidade e 10 legalidade do Projeto de Lei 048/2024, de autoria do Poder Executivo.

### RECOMENDA-SE A APROVAÇÃO DO PROJETO, COM AS SEGUINTES 11 **RESSALVAS:**

- Houve um equívoco na citação da LDO mencionada no parecer original, referindo-se indevidamente à LDO de 2023. A referência correta é à LDO de 2025, Lei nº 2.270/2024. Além disso, o número da dotação orçamentária utilizado no estudo do impacto orçamentário está incorreto, devendo ser ajustado para refletir fielmente os valores previstos na LDO vigente.
- Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal reforça a necessidade de que os atos que impliquem aumento de despesas estejam plenamente alinhados com as previsões orçamentárias e que a execução do orçamento observe a correta aplicação das dotações previstas (art. 4º e art. 16 da LC nº 101/2000). Portanto, a correção da referência à LDO é imprescindível para assegurar a legalidade e a transparência do processo legislativo.

#### É o parecer S. M. J. 12

Procuradoria da Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 13 (treze) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

BATISTA:90826019153

MARIA AMELIA BORGES DA Assinado de forma digital por MARIA AMELIA BORGES DA HORA BATISTA:90826019153

MARIA AMÉLIA BORGES DA HORA BATISTA Procuradora-Geral

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex ofício da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.)





Referência: Despacho complementar ao parecer jurídico.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

Assunto: Projeto de Lei 001/2025, de autoria do Poder Executivo.

### TRAMITAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO

### I - Comissões

- Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, artigo 43, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.
- 2 Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos, artigo 43, inciso II, item 10, do Regimento Interno.

Art. 43 - É da competência específica:

I - da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar sobre:

a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;

[...]

II - Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos:

[...]

- 10) fixação de remuneração dos membros do Poder Legislativo e seus servidores, do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.
- Designação de Relator: Após receber um processo, o presidente da comissão deve designar um relator dentro de 2 dias, seguindo um sistema de rodízio entre os membros da comissão.
- 4 Prazo para Parecer: A comissão tem um prazo de 15 dias, a partir da coleta do processo pelo presidente, para emitir um parecer.
- 5 **Prazo do Relator**: O relator tem 7 dias para apresentar o parecer. Se não cumprir esse prazo, o presidente da comissão assume e emite o parecer.
- Ressalta-se que a CCJ, após emitir o parecer, DEVERÁ encaminhar os autos para a Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos, para emitir parecer.





7 Emitido o parecer da Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos, esta devolverá os autos à presidência.

II - Votação

8 Simbólico, arts. 227 e 228, do Regimento Interno:

> Art. 227 - São 03 (três) os processos de votação: I - simbólicol:

(...)

Art. 228 - O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no parágrafo único. Parágrafo único - Quando o Presidente submeter qualquer matéria em votação pelo processo simbólico, convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo, em seguida, a necessária proclamação do resultado.

III - Quórum

Maioria Simples (maior resultado dos presentes), arg. 91, inciso I, § 1º, do Regimento Interno.

Art. 91 - As deliberações do Plenário serão tomadas por:

I - maioria simples;

[...]

§ 1º - Maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes.

Procuradoria da Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 13 (treze) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

> MARIA AMELIA BORGES DA HORA

Assinado de forma digital por MARIA AMELIA BORGES DA BATISTA:90826019153 HORA BATISTA:90826019153

MARIA AMÉLIA BORGES DA HORA BATISTA Procuradora Geral





Referência: Solicitação de parecer jurídico.

Interessado: Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu.

Assunto: Projeto de Lei 001/2025, de autoria do Poder Executivo.

### **DESPACHO**

Nesta data, encaminho o parecer jurídico e a tramitação do processo legislativo do Projeto de Lei 001/2025, de autoria do Poder Executivo, para o Presidente desta Augusta Casa de Leis.

Procuradoria da Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 13 (treze) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

MARIA AMELIA BORGES
DA HORA
BATISTA:90826019153
MARIA AMÉLIA BORGES DA
HORA BATISTA:90826019153
MARIA AMÉLIA BORGES DA HORA BATISTA
Procuradora Geral





# DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Lei Executivo nº001/2025 para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sem outro assunto para o momento, antecipamos agradecimentos.

Presidência da Câmara Municipal de Uruaçu do Estado de Goiás, aos 14 (quatorze) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

Fabio Rocha de Vasconcelos Presidente





### Estudo de Impacto Orçamentário

### 1 - Motivação:

O presente estudo visa a demonstração do impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei nº 001/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências" no presente ano em vigor e nos dois subsequentes.

Nesse sentido, a Lei Municipal nº 2.270/2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentária- LDO para o exercício de 2025, expressa em seu artigo 2º, §1º, inciso l a prioridade do acesso, ampliação e melhoria da educação, *in verbis:* 

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal serão estabelecidas em conformidade com o Plano Plurianual 2022-2025 e com as previsões que constaram na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025, cuja as propostas serão encaminhadas ao Poder Legislativo até 31 de agosto 2024.

### 2 - Dados:

Nesse contexto, a seguinte dotação orçamentária sofrerá o impacto financeiro estimado

Unidade Orçamentária: 1 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB

Função: 12 - EDUCAÇÃO

Subfunção: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL Programa: 1314 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB Atividade: 2.439 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% Dotação respectiva: 1.12.361.1314.2.439.3.90.11.

### 3 - Metodologia:

O estudo observará as metas inflacionárias divulgados pelo Banco Central do Brasil, registradas em resoluções do BACEN para o ano corrente e os próximos dois anos, em observância a legislação orçamentária, especialmente o plano plurianual.



SHICIPAL OR CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PRO

### O demonstrativo de impacto será o seguinte:

	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O ORÇAMENTO 2025	R\$ 1.121.587,81	R\$ 179.332.953,45	0,62%
	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O LIMITE com GASTOS DE PESSOAL	R\$ 1.121.587,81	R\$ 107.599.772,09	1,04%
	GASTO ESTIMADO	ORÇAMENTO	IMPACTO
IMPACTO SOBRE O ORÇAMENTO 2026	R\$ 1.155.235,44	R\$ 184.712.942,05	0,62%

### 4 - CONCLUSÃO

- O percentual de 60% com gasto de pessoal, conforme Lei Complementar 101/2000, é atendido, não havendo projeção de extrapolação em decorrência da instituição da verba funcional do presente projeto de lei;
- II. De igual sorte, obedece ao patamar de 54% da receita corrente líquida do Executivo, fixado no artigo 20, inciso III "b" da Lei Complementar nº 101/2000, para gastos com pessoal;
- Com o impacto de 1,04% o índice de gastos com pessoal, será de 44,03%, conforme índice oficial divulgado pelo TCM-GO;
- IV. A despesa consta na previsão orçamentária para o exercício de 2025, conforme demonstrado;
- V. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 2.273/2024 e o Plano Plurianual normatizado na Lei Municipal nº 2.283/2024 foram observados e o presente estudo condiz integralmente com suas previsões.

### EUNICE APARECIDA DE FARIA Secretária Municipal de Educação

Setor de Contabilidade.





Do: Vereador Jhonatha William Fernandes Souto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Ao: Vereador Josimar Nogueira Alves

2025.

2º Membro desta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

# DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Lei nº 001/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências", para que o nobre edil possa emitir parecer como relator da referida matéria quanto a sua legalidade, constitucionalidade e regimentalidade.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 14 dias do mês de janeiro de

Jhonatha William Fernandes Souto

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação





# PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 001/2025

Assunto: "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências."

Autoria: Poder Executivo

### I - RELATÓRIO

Reunida a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, na sala das comissões, com a presença do Assessor Jurídico, Douglas Henrique de Carvalho, OAB/GO 44.934, para a análise do Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Sr. Prefeito Azarias Machado Neto.

O Relatório expõe a análise o **Projeto de Lei nº 001/2025**, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências".

O Projeto de Lei foi encaminhado a esta Casa Legislativa devidamente instruído com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e indicação da dotação orçamentária pela qual a despesa será suportada.

A Procuradoria desta Casa de Leis emitiu parecer pela legalidade e constitucionalidade da matéria, com ressalva, em razão de alguns equívocos existentes no estudo de impacto orçamentário financeiro apresentado.





Ato contínuo, o autor da matéria fez as correções necessárias, tendo apresentado novo estudo.

### II - ANÁLISE

A matéria em análise concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para fins de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos da Lei Federal n. 11.738/2008, prevendo um reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) do piso salarial.

A presente iniciativa tem a finalidade de comtemplar a Lei Federal n.º 11.738/2008, readequando ao piso nacional.

Trata-se de matéria de interesse local e afeta à competência legiferante do Município, nos termos do art. 30, I, da CF e art. 6° da Lei Orgânica Municipal e de iniciativa exclusiva do Poder Executivo (art. 49, II, da LOM).

Após a análise da matéria verificamos não haver obstáculo constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite.

Ao mais, quanto ao mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

### III - CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos e, para auxiliar os trabalhos desta Casa, manifesto parecer FAVORÁVEL à matéria acima mencionada, para que tenha a sua normal tramitação e se o Plenário estiver de acordo a sua APROVAÇÃO.

É o Relatório, sob censura.





Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 14 dias do mês de janeiro de 2025.

	Favorável ao Parecer	Favorável ao Parecer  Contrário ao Parecer
	Contrário ao Parecer	Contrario ao Parecer
Josimar Nogueira Alves  Membro Relator	Jhonatha William Fernandes Souto Presidente	Raimundo Ferreira  1º Membro





# DESPACHO

Tendo em vista a emissão de parecer por esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação quanto a legalidade, constitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 001/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências", em cumprimento ao art. 65, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho os autos à Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos para emissão de seu parecer.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 15 dias do mês de janeiro de

2025.

Jhonatha William Fernandes Souto

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação





# DESPACHO

Nesta data, encaminho o Projeto de Lei nº 001/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências", para que ao nobre edil, Vereador Michel Mindlin Rodrigues, 1º Membro desta Comissão, possa emitir parecer como relatora da referida matéria.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 15 dias do mês de janeiro de

Diogo Rabelo Carvalho

2025.

Presidente da Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos





# PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ATIVIDADES ECONÔMICAS, DIREITO DO CONSUMIDOR, FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Projeto de Lei nº 001/2025

Assunto: "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências."

Autoria: Poder Executivo

### I - RELATÓRIO

Reunida a Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos, na sala das comissões, com a presença do Assessor Jurídico, Douglas Henrique de Carvalho, OAB/GO 44.934, para a análise do Projeto de Lei nº 001/2025, de autoria do Sr. Prefeito Azarias Machado Neto.

O Relatório expõe a análise o **Projeto de Lei nº 001/2025**, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências".

A Procuradoria desta Casa de Leis emitiu parecer pela legalidade e constitucionalidade da matéria com ressalvas quanto ao estudo de impacto orçamentário financeiro originariamente apresentado, tendo o autor da matéria apresentado novo estudo.





A CCJ, por sua vez, também emitiu parecer pela legalidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria e, no mérito, pela sua aprovação.

### II - DO VOTO

A matéria em análise concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para fins de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos da Lei Federal n. 11.738/2008, prevendo um reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) do piso salarial.

A presente iniciativa tem a finalidade de comtemplar a Lei Federal n.º 11.738/2008, readequando ao piso nacional.

Trata-se de matéria de interesse local e afeta à competência legiferante do Município, nos termos do art. 30, I, da CF e art. 6° da Lei Orgânica Municipal e de iniciativa exclusiva do Poder Executivo (art. 49, II, da LOM).

Do ponto de vista da matéria de finanças e orçamentos, todos os requisitos legais e constitucionais foram atendidos, portanto, nada temos a opor ao prosseguimento da matéria para sua tramitação em Plenário, com o objetivo de sua apreciação pelos nobres Edis

Assim sendo, me manifesto favorável à aprovação da matéria.

### III - CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos e, para auxiliar os trabalhos desta Casa, manifesto parecer FAVORÁVEL à matéria acima mencionada, para que tenha a sua normal tramitação e se o Plenário estiver de acordo a sua APROVAÇÃO.





É o Relatório, sob censura.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 15 dias do mês de janeiro de 2025.

	Favorável ao Parecer Contrário ao Parecer	Favorável ao Parecer  Contrário ao Parecer
Michel Mindlin Rodrigues	Diogo Rabelo Carvalho Presidente	Joana D'arc Gomes Alves

Aseman Alis





# DESPACHO

Em cumprimento ao art. 65, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, tendo em vista a emissão de parecer por esta Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos quanto ao Projeto de Lei nº 001/2025, que "Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federa nº 11.738/2008 e dá outras providências"., remeto os autos ao Presidente da Câmara para inclusão na ordem do dia.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 15 dias do mês de janeiro de

Diogo Rabelo Carvalho

2025.

Presidente da Comissão de Economia, Atividades Econômicas, Direito do Consumidor, Finanças e Orçamentos



FIS: 028 RUBrica: BA

Autógrafo de Lei 2288, de 16 de janeiro 2025.

"Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal n°11.738/2008 e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e regimentais aprovou o Projeto de Lei nº 001, 02 de janeiro de 2025, de autoria do Poder Executivo, sendo o mesmo convertido no Autógrafo de Lei 2288, de 16 de janeiro de 2025, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

- Art.1° Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder reajuste de 6,27% (seis virgula vinte e sete por cento) no salário base dos profissionais do magistério do Município, compreendendo os ocupantes de cargos de Professor.
- Art.2° As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
- Art.3° Esta Lei entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de janeiro de 2025.
  - Art.4° Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro do ano de 2025.

Fabio Rochalde Vasconcelos
Presidente





MCIPAL

Secretaria Mun. de Administração

Lei nº 2.288/2025

"Concede reajuste de vencimentos aos servidores ocupantes de cargos de Professor, para o fim específico de adequação ao piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, nos termos em que preceitua a Lei Federal n°11.738/2008 e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Uruaçu, Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

- **Art. 1º -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder reajuste de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) no salário base dos profissionais do magistério do Município, compreendendo os ocupantes de cargos de Professor.
- Art.2° As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.
- Art.3° Esta Lei entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 1° de janeiro de 2025.

Art.4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Uruaçu, Estado de Goiás, aos 17 (dezessete)

dias do mês de janeiro de 2025,

Azarias Machado Neto

Prefeito Municipal

Azarias Machado Neto

Azarias Machado Neto
Prefeito Municipal

Iraci José dos Santos

Secretaria Municipal de Finánças e Administração